

O CAMINHO ROMÂNTICO DO JOVEM KARL MARX PARA O HEGELIANISMO

THE ROMANTICIST PATH OF THE YOUNG KARL MARX TO THE HEGELIANISM

Douglas Rafael Dias Martins¹

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar alguns elementos da passagem do jovem Karl Marx, especificamente seus experimentos poéticos influenciados pelo romantismo, ao hegelianismo ainda em meados dos anos de 1837-38 até o início dos anos 40, ou seja, dois anos após ele entrar na universidade e um período pouco tratado pelos estudiosos apologistas ou críticos de sua obra. Buscaremos aqui investigar em que medida essa transição do jovem, a partir de seus 19 para 20 anos, para o hegelianismo – e a forma como essa apreensão se deu – teve influência na constituição de sua concepção posterior, conjuntamente com Friedrich Engels, para a mesma crítica feita à filosofia de Hegel e os grupos pós-hegelianos nos anos seguintes. No final, evidenciaremos não apenas em que medida essa expressão romântica influenciou o modo como o jovem Karl Marx aderiu a filosofia hegeliana, senão também o que se conservou em sua crítica e concepção posterior.

Palavras-chave: Romantismo. Karl Marx. Adesão. Hegelianismo.

Abstract: The journal has the objective to analyze some elements at the passage of the young Karl Marx, specifically his poetics experiments influenced by romanticism, to Hegelianism still in the middle of the years of 1837-38 until the beginning of the 40s, that means, two years after he enters the university and a period that is less researched by scholars apologists or critics of his work. Here we will investigate the young author's transition from 19 to 20 years to Hegelianism - and the way in which this apprehension took place - had an influence on the constitution of his later conception, together with Friedrich Engels, for the same criticism of Hegel's philosophy and post-Hegelian groups in the following years. In the end, we will evidence not only the extent to which this romantic expression influenced the way the young Karl Marx adhered to Hegelian philosophy, but also what was conserved in its later criticism and conception.

Keywords: Romanticism. Karl Marx. Accession. Hegelianism.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar alguns elementos da passagem do jovem Karl Marx, especificamente seus experimentos poéticos influenciados pelo romantismo, ao hegelianismo entre em meados dos anos de 1837-38 até o início dos anos 40, ou seja, dois anos após ele entrar na universidade e um período pouco tratado pelos estudiosos

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: douglas__martins@hotmail.com (2underlines)

apologistas ou críticos de sua obra – ora por considerarem-no pouco relevante ou filosófico, ora por apontarem o pouco material significativo sobre o referido período. Seja como for, buscaremos aqui investigar em que medida essa transição do jovem, a partir de seus 19 para 20 anos para o hegelianismo – e a forma como essa apreensão se deu –, teve influência na constituição de sua concepção posterior conjuntamente com Friedrich Engels, para a mesma crítica feita à filosofia de Hegel e os grupos pós-hegelianos nos anos seguintes. Portanto, buscaremos evidenciar não apenas em que medida essa expressão romântica influenciou o modo como o jovem Karl Marx aderiu a filosofia hegeliana, senão também o que veio a ser conservar na fundamentação de sua concepção posterior.

Ainda nesses marcos, a proximidade e o conhecimento do movimento romântico por Marx ficarão marcados durante praticamente toda sua vida, de maneira que será definitivamente um referencial importante em distintos momentos – como por exemplo na crítica às primeiras visões de mundo históricas socialistas, e que o próprio Karl Marx as criticará e denominará, em linhas gerais, como “socialistas utópicas” (principalmente autores como Saint-Simon e Fourier, embora ele também inclua Proudhon), como também na sua fase intelectual posterior, quando efetiva sua crítica da economia política em “O Capital”. Desse modo, será a partir do contato com autores do movimento romântico e suas distintas fases que a trajetória intelectual de Marx, por meio da própria vivência de suas experiências pessoais em meio a conjuntura europeia, o levarão a um movimento de suprassunção análogo aquele sistematizado e explicitado pela filosofia de Hegel: das concepções expressivista e da moralidade (liberdade moral) desenvolvidas desde os primeiros precursores da escola romântica na Alemanha, até a filosofia sistemática e especulativa.

As influências dos anos universitários e as poesias do jovem Karl Marx

Na literatura sobre as obras de Karl Marx, e mesmo sobre o legado de seu pensamento, é quase um consenso que ele tenha fundamentado sua concepção materialista sobre a história a partir da crítica e da superação qualitativa de três tradições que vigoravam em dados momentos de sua vida: a) a filosofia especulativa neohegeliana que predominava na região da Alemanha após a morte de Hegel, principalmente nos grupos de Bruno Bauer e Ludwig Feuerbach; b) a tendência que Marx caracterizou como “socialismo utópico” francês, em que ele encontra aí as figuras de Saint-Simon, Charles

Fourier e até Pierre-Joseph Proudhon; c) e por fim, a economia-política clássica de origem britânica, em que os principais nomes que influenciaram o pensamento marxiano em um primeiro momento foram Adam Smith, James Mill e David Ricardo. Contudo, nem sempre se destacam as origens dessas relações de Marx no que diz respeito a como se desenvolveram, ou seja, a partir de quando e como se deram os primeiros contatos dele com essas respectivas tradições e, na mesma medida, em como, quando e quais aspectos ele criticou e buscou “elevantar” em sua concepção filosófico-científica posterior.

Uma dessas consequências é o estranhamento em relação ao próprio pensamento e herança deixados por Marx e Engels, que por sua vez, não pode ter outro resultado que seja um certo embrutecimento, dogmatismo e vulgarização do mesmo. Nesse sentido, então, e influenciado por uma visão proporcionada por uma nova biografia de Marx – articulada com o desenvolvimento de sua obra –, bem como de alguns autores e obras que já apontavam na direção de evidenciar qualitativamente as fontes do pensamento marxiano – como é o caso de Michael Löwy e Robert Sayre –, passa a ficar cada vez mais evidente que *“na realidade, o romantismo é uma das fontes esquecidas de Marx e Engels, uma fonte que talvez seja tão importante para o trabalho deles quanto o neo-hegelianismo alemão ou o materialismo francês.”* (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 120-121) Ou ainda, que talvez o movimento romântico tenha tido uma influência importante para a própria interpretação e crítica a Hegel e aos grupos pós-hegelianos por parte do jovem Karl Marx e, por uma série de razões, foi sendo cada vez mais escamoteado.

Desse modo, um dos objetivos a serem traçados aqui diz respeito a buscar o tratamento dado à relação de Marx com Hegel e a respectiva herança de seu pensamento. Contudo, diferentemente do que é tradicionalmente abordado, não buscaremos tomar os aspectos de crítica e rompimento do jovem autor com o sistema e a filosofia hegeliana, senão investigar quando e a forma que se deu a adesão do jovem Karl Marx ao pensamento de Hegel. Tal tarefa é dificultada pela falta de materiais diretos do jovem autor de cunho propriamente filosófico desse período – ou melhor, a falta de quase todo e qualquer material de seus primeiros anos após concluir o ginásio até a produção de sua tese doutoral –, embora tenham restado alguns escritos literários (MARX, 1975, p. 683-685), mais particularmente poesias que Marx havia enviado para seu pai, Heinrich, e sua futura esposa, Jenny von Westphalen. Assim sendo, e aceitando os limites objetivos colocados para a questão, uma das saídas que vislumbramos para tornar essa saída possível, e mais próxima do real, é a de buscar analisar alguns desses poemas que se conservaram e caracterizá-los segundo seu estilo literário, para que, com isso, seja

possível vislumbrar a forma de consciência a qual o jovem Karl Marx possuía quando se confrontou com a filosofia hegeliana.

Dito isto, começamos a partir da localização literária dos poemas do jovem Karl Marx. Tais poemas foram escritos aproximadamente em abril do ano 1837, tendo como nome traduzido para a publicação em inglês como “*A Book of Verse*” [literalmente, “Um Livro de Versos”], como presente de aniversário para o pai Heinrich, por isso, *após* o jovem ter iniciado a Universidade em Bonn na virada dos anos 1835/36 e depois de ter se transferido para a Universidade de Berlim, em 1839. Nesse período, Marx já havia ouvido falar de Hegel (HEINRICH, 2018, p. 206)²³, entretanto parecia estar muito mais influenciado por princípios do pensamento de outras grandes figuras de expressão para o pensamento alemão daquela época como Friedrich Schlegel, Friedrich W. J. Schelling, Immanuel Kant, Johan J. Winckelmann e Gotthold E. Lessing (HEINRICH, 2018, p. 204-208), – influências estas que se deram principalmente através das disciplinas cursadas nas Universidades, como por exemplo Schlegel era professor em Bonn (HEINRICH, 2018, p. 150), assim como outros professores em Berlim eram influenciados e desenvolviam tendências de pensamento ligados aos nomes citados. Contudo, cabe destacar que o jovem Karl também teve a influência de outras figuras de destaque, como um professor que reivindicava o legado hegeliano, Eduard Gans, e um importante representante da escola histórica do direito, Friedrich C. v. Savigny – que até chegaram a se confrontar no âmbito teórico. (HEINRICH, 2018, p. 192-203)

Algumas dessas figuras e disciplinas cursadas nas Universidades já deixam claro que, de fato, Marx teve um contato acadêmico mais significativo em um primeiro momento – cerca de quase 3 anos, entre o final de 1835 e o de 1837 – com tendências não-hegelianas e até anti-hegelianas (HEINRICH, 2018, p. 151; 204)⁴, como era o caso

² Onde escreve o autor: “*Os trabalhos jurídicos que Marx fez durante o primeiro semestre [em Berlim] – e pouco após seu fim – foram fortemente influenciados pelas ideias de Kant e de Savigny. Marx tenta fazer algumas sintetizações do direito, mas percebe, por si só, que o resultado foi superficial e formal demais. Filosofia do direito, de Hegel, parece não ter importância alguma, nem na elaboração nem nessa crítica.(...)*”. (acréscimo nosso).

³ Isso demonstra-se, também, pelo fato de nesse próprio caderno de versos possuir um texto (Epigramas) levar o nome de Hegel – em ainda um tom crítico, como veremos mais à frente.

⁴ Em que Michael Heinrich aponta com precisão as disciplinas do primeiro semestre em Bonn de Enciclopédia do direito; Instituições; História do direito romano; Mitologia dos gregos e romanos; História recente da arte; e Questões acerca de Homero, enquanto no segundo semestre constam História do direito alemão; Direito internacional europeu; e Direito Natural. Bem como a partir da virada de 1836-37 em Berlim ele frequentou as disciplinas de Pandectas [Digesto]; Direito criminal; Antropologia; Direito canônico; Processo civil alemão; Processo civil prussiano; e Processo civil criminal na virada de 1837-1838.

do próprio Savigny. Ainda com destaque, se dá a visão do jovem Karl Marx sobre o romântico Schlegel (já em um período de idade avançada), em que Michael Heinrich classifica que “*Marx também deve ter ficado muito impressionado com Schlegel. É o que indica, por exemplo, o fato de ele ter frequentado dois cursos do professor.*” (HEINRICH, 2018, p. 153)⁵ A partir do final de 1837 e o ano de 1838, o jovem Marx anuncia em carta a Jenny o rompimento com uma visão de mundo e ideias que agora a considerava como “*puramente idealistas*” e que agora “*tornaram-se nada*”. (HEINRICH, 2018, p. 222-223) Veremos, até o fim, o que ele provavelmente passaria a considerar aqui como “*idealista*”, e acabou, através de uma crise intelectual, por passar para o lado da filosofia de Hegel.

Além dessa influência das aulas frequentadas pelo jovem universitário – em que cabe destacar o contato direto com professores que tiveram até certa importância no movimento romântico pós-revolucionário, como Schlegel –, também se evidenciam os estudos feitos sobre a antiguidade, e que chegaram a ter certa contribuição na elaboração de sua tese de obtenção do grau de doutor em 1841 conjuntamente com a concepção de arte e crítica do movimento romântico que desenvolveu durante esses primeiros anos na universidade. Cabe também apontar a presença do classicismo, em especial dos estudos de Winckelmann, como um elemento bastante comum da virada do século 18 para o 19, e que ajudou com o ressurgimento de um novo humanismo nesse século – tendência que também é notável no pensamento marxiano em meados dos anos 40, especialmente quando passou a fazer parte do grupo de Ludwig Feuerbach⁶, principalmente com a sua concepção filosófica de sujeito enquanto “*ser real*” (FEUERBACH, 2012, p. 29), e “*ser humano genérico e sensível*”.

A respeito dos poemas de Karl Marx, talvez não se saiba com precisão quando ele começou a escrever os primeiros, mas o mais antigo preservado é datado de 1833 segundo Michael Heinrich (2018, p. 208). Todavia, uma vez que nosso objetivo é analisar a forma de consciência mais próxima daquela com a qual o então universitário admitiu e passou a apreender a filosofia sistemática de Hegel – para então podermos compreender melhor como ele a vê, interpreta e critica –, optou-se por tomar aqueles poemas datados mais próximo do momento em que aderiu ao hegelianismo e admitiu que sua arte e poemas eram “*nada*”, segundo sua autocrítica, e que inclusive o levou a se confrontar com uma

⁵ Sendo esses dois cursos: Questões acerca de Homero e Elegias de Propércio, um em cada semestre diferente.

⁶ Nesse sentido, por exemplo, ver os dois artigos publicados nos “Anais Franco-alemães” e os cadernos de estudos de 1844 e 1845-46, publicados como “Manuscritos econômico-filosóficos” e “A ideologia alemã”.

profunda crise sobre sua visão de mundo até ali. Estes poemas, como já citado anteriormente, foram dados de presente ao pai no aniversário de 60 anos – e alguns dessas mesmas composições também foram enviadas para Jenny – na forma de um caderno, e datados do mês de abril de 1837 (HEINRICH, 2018, p. 211).

Nesses poemas, a primeira coisa que chamam a atenção são os títulos⁷: como “Wild songs” [Canções selvagens] (também publicada como “Nocturnal love” [Amor de madrugada]), “The Forest spring” [A floresta da primavera], “Night thoughts” [Pensamentos noturnos] e “Dream vision” [Visão dos sonhos], em que se destacam elementos como a sensibilidade, os instintos, as intuições, e uma crítica inconsciente ao modo de vida moderno, certo olhar para o passado, bem como para a natureza. Muitos desses elementos compõem o movimento romântico, contudo compreendemos aqui que apenas esses elementos não são suficientes para caracterizar o “*todo complexo de múltiplas facetas*” (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 40) que é o romantismo enquanto movimento filosófico, político e artístico. Apesar disso, também não deixa de ter certo conteúdo de verdade e indícios de que é possível certa referência a essa mesma visão de mundo nesses cadernos de versos – como por exemplo, o título “pensamentos noturnos”, que tradicionalmente pode ser compreendido em uma oposição aos “pensamentos das luzes”, o Iluminismo, como uma expressão contra o projeto civilizatório da modernização. Entretanto, é pertinente apontar que o conceito de romantismo não se refere apenas a um movimento que surgiu como oposição ao movimento das luzes.

O poema “Wild songs” (MARX, 1975, p. 683-685) (ou “Nocturnal love”) possui duas partes, a primeira chamada “The fiddler” [O violinista] e a segunda “Nocturnal love” [Amor na madrugada]. Na primeira parte, o jovem Karl Marx destaca a concepção de que o artista, “*with scorn*” [com desprezo], “*rend your heart*” [rasga seu coração] ao expressar de maneira melancólica sua posição incompreendida na sociedade (MARX; ENGELS, 1975, p. 73)⁸, afinal foi “*a radiant God lent you your art*” [um Deus radiante lhe emprestou sua arte]. Contudo, esse artista que toca de modo tão “*frantic*” [frenético], fez

⁷ A fonte de acesso dos poemas consta em inglês, de modo que as traduções feitas aqui para o português são nossas, e comumente constam com variações de interpretação divididas por barra. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1837-pre/verse/index.htm>. Acesso em: 18 ago. 2018.

⁸ Concepção próxima a que ele expressa sobre a função do escritor, publicado no jornal em que trabalhava, a Gazeta Renana, em 1842: “*Naturalmente, o escritor deve ganhar dinheiro para poder viver e escrever, mas, em nenhum caso, deve viver e escrever para ganhar dinheiro. Quando Béranger canta: “Vivo só para fazer canções, Se me tirar o emprego, Monsenhor, Farei canções para viver”, há nesta ameaça a confissão irônica de que o poeta se degrada quando a poesia se torna para ele um meio. O escritor não considera, de maneira nenhuma, os seus trabalhos como um meio. O que escreve constitui um “fim em si”.*”

seu “*deal*” [acordo] “*with Satan*” [com Satã], que “*chalks the signs*” [marca os sinais/assinala as notas] e “*beats time*” [conquista o tempo/dita o ritmo do tempo] para esse violinista que “*must play dark*” [tem o dever de tocar no escuro] assim como “*must play light*” [deve tocar na luz/de maneira leve]. Já na segunda parte, tem-se uma representação de uma relação afetiva na madrugada, “*frantic*” [frenética], em que “*he holds her near*” [ele a mantém perto], sem grandes surpresas já que foi um dos poemas que também foi enviado para sua noiva Jenny. O destaque da primeira parte, então, fica por conta da assimilação do artista como “gênio”⁹, contudo um gênio que sabe de sua condição subversiva por ter sua origem e causa atrelada a um acordo com Satã.

Entretanto, a qualidade geral dos poemas e escritos literários de Marx nesse período ainda era questionável – ou, não era ainda um “artista pronto” –, de modo que quando o jovem cogitou a intenção de publica-los em carta ao próprio pai, este foi sincero com o filho ao afirmar que tinha “*muitas expectativas boas*”, mas que se “*afligiria demais vê-lo estrear como um poetinha comum.*” (HEINRICH, 2018, p. 209) Portanto, embora pudesse ter algum potencial, seria preciso aprimorar-se ainda mais nessa atividade caso fosse realmente a intenção de Karl seguir carreira como artista no campo da literatura. Apesar disso, também não se tratavam de poemas, baladas, fábulas e músicas ausentes de qualquer valor, tendo produzido textos até mesmo com certas referências filosóficas, como era o caso dos “*Epigrams on the Germans and on Pustkuchen*” [Epigramas sobre os alemães e sobre Pustkuchen], em que trata de diversos assuntos entre eles a mitologia antiga, Schiller, Goethe, Kant, Fichte e até Hegel.

O conteúdo nesses Epigrams (MARX, 1975, p. 683-685) possuem uma certa forma irônica ao tratar da filosofia hegeliana – dada, talvez, por uma impressão imediata a partir dos primeiros contatos do jovem com ela e que certamente não agradaram –, vendo-a como uma tendência filosófica arrogante, ou a espécie de um sujeito esnobe que diz “*“I have founded the Highest of the things and the Depths of them also”* [Eu encontrei aquilo que é Superior das coisas bem como o que é de mais Profundo nas mesmas], afinal

⁹ A noção de gênio que tem suas discussões relativas ao século 17, em que o artista era tido como aquele a quem a atividade espiritual através da arte era concedida por uma divindade, ou seja, a capacidade de produzir ou gerar coisas novas como um demiurgo. Posteriormente no século 18, ainda em especial no campo da arte, era um dos elementos que identificavam a origem da razão humana com a razão divina. Após o século 17, então, progressivamente essa noção foi sendo criticada e perdendo força, passando a ser abordada isoladamente no campo artístico até ser quase totalmente extirpada como uma visão metafísica do ser humano no século 19 – não à toa, Marx já trata esse gênio de forma irônica em seu poema. Essa visão do gênio e seu desenvolvimento, por exemplo, foi importante para Walter Benjamin elaborar sua percepção sobre a perda histórica dessa “*aura*” divina, em seu texto já clássico “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”.

“*Long have I searched and sailed on Thought’s deep billowing ocean*” [por muito eu pesquisei/procurei e naveguei no profundo e ondulante oceano do Pensamento], e agora se acha com a capacidade de sistematizar e ensinar como, “*Thus, each may for himself suck wisdom’s nourishing néctar*” [deste modo, cada um pode a partir de si mesmo nutrir-se do néctar da sabedoria]”.

Por isso, o jovem deixa transparecer uma certa percepção de que a filosofia de Hegel seria aquela que teria a intensão de elevar a própria pretensão ao ridículo: ““*Rude am I as a God, cloaked by the dark like a God*” [Sou rude como um Deus, encoberto pela escuridão como um Deus]”; e por ter a pretensão de expor sua filosofia como um infinito organismo celeste que tem a força e capacidade de emanar de si toda a existência enquanto desenvolvem-se dentro de si os maiores problemas e contradições na manifestação da finitude dessa mesma existência, e por isso, seu pensamento “*Never, at least, is he hemmed in by strict limitations*” [nunca é, sequer, cercado por limitações rigorosas]. Dessa maneira, continua o poema, as “*Words I teach all mixed up into a devilish muddle, Thus, anyone may think just what he chooses to think*” [palavras que ensino são todas misturadas em uma perturbação diabólica, de modo que qualquer um pode pensar aquilo que quiser pensar]. Próximo ao fim do escrito, o jovem expõe – em um tom opositor – que a realidade não pode ser apreendida a todo momento como já refletida, e que os eventos cotidianos e espontâneos são fundamentais para percepção da vida: “*I but seek to grasp profound and true That wick--in the street I find*” [Mas eu procuro compreender de maneira profunda e verdadeira aquilo que--nas ruas eu encontro].

Já Schiller e Goethe, são em certo sentido “defendidos” por Marx em outras partes do mesmo texto, onde que caracteriza a arte do primeiro como aquela que soube tocar com a tempestade e com os raios das luzes, enquanto ao segundo coube o mérito de ter descido à realidade cultural alemã de maneira com a qual conseguiu produzir uma expressão e identificação com a mesma. É assim que nos parece quando o jovem autor escreve que “*Of Schiller there’s reason to complain, Who couldn’t more humanly entertain*” [de Schiller têm razão para reclamar aqueles que não puderam mais se entreter humanamente], afinal “*He didn’t stick to the daily grind*” [ele não se prendeu à rotina diária], e justamente por isso, exerceu sua capacidade em que “*He played with Thunder and Lightning much, But totally lacked the common touch*” [ele jogou/se apresentou/tocou bem com o Trovão e as Luzes, ainda que totalmente sem possuir o toque em comum]. O estilo de Goethe, por sua vez, “*was too nicely ordered*” [foi muito bem ordinário/popular], porque “*He understood Nature*” [ele entendeu a Natureza], e “*Although he grasped*

things, as one should, from below, it was for the Highest he made us go” [embora ele apreendesse as coisas, como deveriam ser, a partir de baixo, foi para um grau mais elevado/superior que ele nos fez ir].

As influências pós-revolucionárias da virada do século na cultura alemã

Todos esses elementos dos escritos literários destacados acima, do ponto de vista da trajetória subjetiva de Karl Marx, também podem ser encontrados e buscados em períodos anteriores¹⁰, certamente em experiências que remeterão à totalidade do processo que constituiu o jovem até aquele momento com seus 19 anos. Todavia, nas raízes mais profundas e amplas da própria formação dos círculos e da sociedade em que o jovem Marx estava inserido, era muito significativa a influência do ideário liberal francês em virtude da região da Renânia – onde ficava Trier – ter sido palco direto das guerras e ocupação promovidas pelo Império de Napoleão Bonaparte. Nesse sentido, cabe ter em mente que essa região passou por um período de domínio que a reorganizou estruturalmente em moldes liberais, levando-a a um desenvolvimento de um Estado intervencionista no plano econômico e jurídico, e promotor das questões sócio-políticas em relação aos Estados germânicos que estavam próximos a ela – e que foi um incômodo principalmente para a Prússia, o principal Estado da aliança germânica.

Entretanto, se engana quem possa pensar que o fato de a Renânia ter sido ocupada pelos franceses gerou um sentimento exclusivamente favorável à França, em oposição ao controle da Prússia e da Áustria. Após algum tempo das primeiras ações pró-nacionalistas em que os próprios alemães se reivindicaram como “filojacobinos”, ficou claro que o objetivo da França era ocupar permanentemente o território, fazendo com que crescesse o sentimento de pertencimento e unidade entre os alemães como um “*patriotismo retrospectivo*” e criasse as condições de uma “*guerra de libertação alemã em 1813-1814 (...)*” (HOBSBAWM, 2016, p. 142) Após a vitória sobre as tropas de Napoleão em 1815, animada por uma promessa de criação de uma Constituição pelo rei da Prússia que não se realizou – ainda que em um primeiro momento tenham sido aprovadas algumas Constituições moderadas em seus respectivos estados, logo cessaram com a

¹⁰ Como em sua redação de conclusão do ensino secundário, por exemplo, chamada “*Considerações de um rapaz acerca da escolha de uma profissão*”. (HEINRICH, 2018, p. 421-424)

reorganização das forças conservadoras –, acabou se disseminando um clima e sentimento de decepção e falta de identificação na população germânica pouco a pouco.

Esse era um sentimento comum após o período entre o final do século 18 e início do 19, mais precisamente entre os anos de 1789 e 1815 quando a Europa ocidental viveu o ápice do movimento revolucionário organizado pela ampla burguesia – em particular, a burguesia francesa. Esse curto período de tempo marcou uma época de maior erupção das lutas burguesas revolucionárias, de modo que aquilo que inicialmente havia começado com a “queda da Bastilha”, rapidamente alçou-se à aspirações e reivindicações cada vez mais universais e amplas, que acabaram decaindo na postura e política do Império napoleônico. Inicialmente, a maioria dos grupos, tendências e classes sociais possuíam alguma expectativa positiva daquele grande fenômeno histórico, mas após a primeira constituição revolucionária chegou-se ao auge desse período com o “*governo do “Partido da Montanha”*” (TROTSKY, 2010, p. 62), onde principalmente os nascentes operários, artesãos, servos, pequenos comerciantes, as baixas camadas de camponeses e até a pequena e média burguesia, chegaram ao poder por não terem tido suas necessidades e reivindicações realizadas pelos regimes do governo revolucionário da alta burguesia.

Os ecos dessas disputas, insatisfações e reivindicações ainda repercutirão e influenciarão diversos movimentos, que acontecerão de maneira desigual mas que ao mesmo tempo combinava-se com o ritmo do capital e das lutas das próprias burguesias “nacionais”. Se as lutas de classes se tornavam menos intensas na França e os territórios de sua influência em 1815, elas ainda ascenderiam outras ondas até voltarem a se generalizar por quase toda Europa em 1848. Até 1815, que marca o fim das guerras napoleônicas e início da restauração dos territórios e fronteiras dirigidos pelas antigas monarquias europeias, se evidenciam quatro grandes fenômenos que marcarão a posição e o início das condições de consolidação e desenvolvimento do capital e suas relações: a revolução industrial na Grã-Bretanha em 1770; o processo de independência dos Estados Unidos da América, de 1776; a revolução francesa de 1789; e, por fim, a ação revolucionária dos jacobinos negros da ilha de São Domingos (atual Haiti) em 1791 e que a tornou independente¹¹. Com exceção de São Domingos que já encontrou sua primeira crise econômica precocemente – fruto dos regimes de controle e dependência impostos às colônias (e que serão cada vez mais aprimorados posteriormente), principalmente pela

¹¹ Ver JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*. 1.ed. ver. São Paulo: Boitempo, 2010. 400p.

impagável indenização às metrópoles e a impossibilidade de desenvolvimento do capital industrial –, esses três países teriam seus ciclos produtivos se desenvolvido sem grandes instabilidades até quase a metade do século 19 (HOBSBAWM, 2016, p. 180-183).

Assim, quando Hobsbawm descreve as ondas revolucionárias que houveram de 1815 até 1848 – de modo que a própria onda de 48 foi generalizada –, ele está descrevendo o movimento que o capital – enquanto relações sociais – passa a percorrer e busca se consolidar ao longo do continente europeu: primeiramente as erupções centrais, em formas diferentes, na Grã-Bretanha e França entre as décadas de 1770-90, com consequências imediatas em suas respectivas colônias; em seguida, a expansão das crises e dos movimentos revolucionários na década de 20, do século seguinte, principalmente para a região do Mediterrâneo “*com a Espanha (1820), Nápoles (1820) e a Grécia (1821) como seus epicentros*” (HOBWBAWM, 2016, p. 180), em que as colônias espanholas na América Latina também tiveram suas independências conquistadas como consequência; passando pela onda de meados da década de 30, que “*afetou toda a Europa a oeste da Rússia e o continente norte-americano*” (HOBSBAWM, 2016, p. 181); e que acabou tendo, por fim, uma ampla onda de revoluções burguesas em todo o continente europeu em 1848, conhecida historicamente como “*a primavera dos povos*” (HOBSBAWM, 2016, p. 183), onde, ao mesmo tempo que se caracterizava por ser uma crise econômica e política generalizada, também era a consolidação das relações de produção e de governo capitalistas em praticamente todo o continente.

Todo esse longo período que compreende a segunda metade do século 18 e a primeira metade do século 19, tem como uma de suas maiores características a capacidade de sonhar em meio a um sentimento de pessimismo – uma necessidade típica de uma época que transitava entre dois diferentes modos de produção da vida social, e por isso incertezas, embora tivessem sido mantidas boa parte das estruturas socioeconômicas da sociedade burguesa pós-1815. Tal capacidade, entretanto, era oriunda de uma espécie de “*desencantamento do mundo*” (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 52), de maneira que se expressavam aqui tanto elementos do mundo feudal que se degenerava, quanto do mundo capitalista que se consolidava. A literatura, por exemplo, tida como uma das principais formas de expressão e organização de cada período e sujeito social históricos, também apresentava essas características e teve no movimento romântico a expressão mais aguda da capacidade de reagir à precariedade da vida naquele momento – tanto dos decadentes valores feudais, quanto da crescente miséria, quantificação e mecanização, que se consolidavam desde o início da fase da assim chamada acumulação primitiva de capital

(MARX, 2013b, p. 785-833), junto com o modo de produção capitalista e sua sociedade correspondente.

Esse cenário em que as reivindicações da alta burguesia aparentaram ser universais – porque era impulsionadas pelas camadas mais baixas –, e que acabou frustrando as classes e setores sociais populares, seguido da restauração do poder e dos valores das antigas monarquias pré-revolucionárias (reação termidoriana), certamente contribuíram para que o romantismo tivesse condições de se expressar enquanto uma tendência consciente (e sua fase inconsciente, por vezes caracterizada como “pré-romântica”, corresponderia ao desenvolvimento da acumulação primitiva de capital, das alienações tipicamente modernas e da generalização do valor de troca (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 42; 44; 71), e se constituísse como um movimento com valores críticos tanto à Idade média quanto a moderna¹². Tal desenvolvimento histórico da sociedade moderna, culmina com a autonomia da esfera econômica sobre a totalidade das demais relações sociais e, portanto, que se sobrepõe e passa a regular as mesmas. Para a arte, essa generalização das leis de funcionamento econômico faz com que “*os produtores da cultura se confrontam com a contradição entre o valor de uso e o valor de troca de seus próprios produtos*”, de modo que “*o novo sistema socioeconômico os atinge em seu próprio âmago.*” (LÖWY, SAYRE, 2015, p. 73)

É por isso, então, que o movimento romântico só se reconhecerá como tal a partir da segunda metade do século 18: que é quando aqueles valores que começaram a ser germinados desde o Renascimento consolidam seu modo de produção da vida social e chegam ao poder político do Estado. Nesse momento histórico é que as reivindicações e valores da burguesia perdem suas aspirações universalistas e mantêm apenas aqueles que constituíram as condições de existência e expressão de seu ser social enquanto classe social politicamente organizada. É nesse sentido, portanto, que desde a pequena burguesia até os artesãos, servos, pequenos camponeses e os operários, não foram contemplados com o primeiro programa e constituição revolucionárias – afinal, os primeiros ainda não atingiram as aspirações e o status da alta burguesia já “amadurecida”, e as demais classes e grupos sociais não eram (e nem poderiam ser) incorporadas pelos direitos instituídos que contrariavam os interesses históricos da alta burguesia dominante, como a propriedade privada. Será após essa restauração do poder das antigas monarquias

¹² Que Löwy e Sayre destacam “*O desencantamento do mundo*”, “*A quantificação do mundo*”, “*A mecanização do mundo*”, “*A abstração racionalista*” e “*A dissolução dos vínculos sociais*”.

européias de 1815, então, que as críticas e a insatisfação contra a sociedade burguesa se tornarão explícitas e organizadas, fazendo com que se organizem as tendências teóricas e práticas até aquele momento – e, não coincidentemente, somente após esse período que começará a se debater entre os povos germânicos quais classes ou grupos sociais seriam os sujeitos responsáveis pela transformação socioeconômica da região.

Será só depois do primeiro momento em que a burguesia consolida o processo revolucionário de 1789 com sua respectiva Constituição de 1791 que, com a tendência à permanência da radicalidade da revolução a partir do impulso das classes populares e médias, as contradições “internas” dessa classe social (da totalidade da burguesia) se tornarão explícitas – e, conseqüentemente, terão de ser contidas. Nesta primeira Constituição, contudo, ficava marcada centralidade na luta entre as forças da sociedade feudal contra a burguesia emergente e seu respectivo projeto de sociedade, de modo que os primeiros princípios admitidos por essa carta ainda diziam respeito à delimitação e combate direto das instituições e estruturas sociais da antiga ordem feudal. Nesses marcos, então, além dos principais direitos proclamados conjuntamente com a erupção da revolução, também se destacaram a repartição dos poderes e o estabelecimento dos direitos fundamentais do homem e do cidadão (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 20)¹³ – que literalmente consideravam apenas os indivíduos do século masculino, além de ter uma concepção estreita da noção de cidadania, baseada na propriedade e no pagamento de impostos. Nesse sentido, nos esclarece Manoel Messias Peixinho:

A primeira Constituição aprovada em 3 de setembro de 1791 petrificou os direitos proclamados com a Revolução, indo, porém, mais adiante. Dentre os princípios positivados na nova Carta estava presente a repartição dos Poderes em: executivo, exercido pelo monarca e os ministros; legislativo, atribuído à Assembleia unicameral e ao judiciário independente. Quanto aos direitos fundamentais, a Constituição reitera o elenco já previsto em 1789 e reconhece os direitos civis e naturais, a igualdade, esta desdobrada em equidade de acesso aos cargos e às funções pública, fiscal e penal, e quatro espécies de liberdade, quais sejam: liberdade de circulação e expressão, liberdade de imprensa e de culto - proíbe qualquer forma de censura prévia -; liberdade de reunião, desde que exercida pacificamente e sem armas e o direito de petição. A Constituição garantiu o direito de propriedade e previu o direito de o proprietário ser indenizado previamente e em dinheiro nos casos de

¹³ Em que já apontava a autora: “*Mas, se as mulheres devem ser excluídas, sem voz, da participação dos direitos naturais da humanidade, prove antes, para afastar a acusação de injustiça e inconsistência, que elas são desprovidas de razão; de outro modo, essa falha em sua nova constituição sempre mostrará que o homem deve de alguma forma agir como um tirano, e a tirania, quando mostra sua face despuída em qualquer parte da sociedade, sempre solapa a moralidade.*” (grifo da autora)

desapropriação. Ingressaram na Constituição importantes direitos sociais (...). Avançou a Constituição, ainda, ao estatuir as garantias processuais fundamentais e ao estender aos estrangeiros os direitos fundamentais, com exclusão dos direitos políticos. Entretanto, a Constituição não avançou nos direitos mais relevantes do Estado democrático, pois restringiu os direitos de participação política ao conferir legitimidade ao sufrágio censitário que dividiu, com inspiração nos ensinamentos de Sieyès, os cidadãos em ativos e passivos, excluídos as mulheres, as crianças, os estrangeiros e aqueles que não pudessem contribuir para o sustento do estabelecimento público, o que limitava deveras o exercício da cidadania. (PEIXINHO, p. 3-4)¹⁴

Entretanto, com a efetivação desse primeiro momento em 1791, a alta burguesia que chegava ao poder constituído do Estado passa a ser socialmente empurrada e politicamente pressionada a dar continuidade à radicalidade da revolução em direção ao cumprimento das necessidades e carências do “povo”, ou melhor, da média e pequena burguesia assim como dos camponeses pobres, artesãos, servos e ainda nascentes operários. Tais contradições ficarão evidentes, e terão como consequência, o processo que levará a Constituição revolucionária de 1793, que aprofundava as reivindicações e direitos conquistados, além de ampliá-los consideravelmente. Apesar do salto qualitativo dado com essa Constituição de caráter jacobino, esta não foi de fato efetivada, na medida em que tais conquistas não foram realizadas na prática; mas sua função iria para além do cumprimento formal dos princípios e direitos fundamentais da humanidade: a Constituição de 1793 teve um papel central na análise e crítica dos limites da recém-nascida sociedade capitalista, ao passo que também já denunciava a incapacidade da burguesia cumprir as demandas universais dos sujeitos sociais:

A Constituição de 1793 rompeu com o regime monárquico, proclamou a República, aboliu o sufrágio censitário da Constituição de 1791, estabeleceu a supremacia da Assembleia que controlava o governo e o elegia e previu, ainda, representatividade e poderes para as autoridades territoriais. Porém, devido a injunções políticas, a Constituição de 1793 nunca foi aplicada, mas produziu legado importante para o século XIX, mormente para inspiração das ideologias socialistas. A Declaração de Direitos - jacobina - de 1793 foi revolucionária historicamente. Principiou com a inclusão da igualdade como direito concreto. No campo político, estendeu-se ao sufrágio universal à própria República. No terreno econômico, impôs limitações ao direito de propriedade e à liberdade econômica. Já no plano social, realizou-se o intento de se instituir o sistema democrático de educação e assistência pública. A liberdade ampliou-se e incluiu, nessa extensão, as liberdades de

¹⁴ PEIXINHO, M. M. *Os direitos fundamentais nas constituições francesas*. p. 3-4. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b1bc40d056bad6ec>. Acesso em: 12 ago. 2018.

pensamento, opinião, imprensa, culto e reunião. O direito de propriedade adquiriu novos contornos porque foi vinculado à liberdade de comércio, trabalho, expropriação e fiscalização, com a dimensão econômica. Os direitos sociais foram assegurados como assistência pública e abrangeram o direito ao trabalho e o direito à existência, que era – até ali – dívida sagrada da missão da sociedade ao garantir a subsistência dos cidadãos e ao oferecer lhes trabalho com o fito de lhes proporcionar existência digna. Os direitos sociais foram albergados pela implantação da educação como direito fundamental. O ensino foi democratizado e estendeu-se a todos os cidadãos. Por último, o direito de resistência foi vinculado ao direito à insurreição, que seria referencial sagrado e dever de todos os cidadãos. Quanto aos princípios, a Declaração de 1793 inscreveu a soberania, a divisão dos poderes, a reforma constitucional, a participação política, a função pública e o direito de petição. Algumas diferenças devem ser pontuadas entre os direitos fundamentais nas Declarações de 1789 e 1793. Em primeiro lugar, modificou-se a interpretação quanto aos direitos políticos. Desaparece a distinção entre homem e cidadão porque foi suprimida a referência ao direito natural; prestigiam-se os direitos fundamentais do homem em sociedade. Em segundo, foram reconhecidas as liberdades de comércio, trabalho e indústria, que é a reafirmação do liberalismo econômico. Em terceiro, reconheceram-se os direitos sociais e da seguridade social. E, por último, ampliou-se o direito de resistência e reconheceu-se o direito à insurreição e de responder à violência ilegal com violência. No preâmbulo da Constituição francesa de 1793 os constituintes positivaram do direito natural um modelo de declaração que consagra direitos sagrados e inalienáveis e conclama o povo a lutar contra todo tipo de opressão e tirania do governo e buscar a liberdade e a felicidade. (PEIXINHO, p. 5-6)

Além das duas Constituições destacadas, de 1791 e 1793, a França passará por mais dois modelos constitucionais até 1799, de modo que dentro deste período de 10 anos destacam-se a consolidação, em âmbito nacional, dos princípios políticos das grandes tendências políticas da modernidade depois dali: do “liberalismo-clássico” que dirigiu e inspirou o processo constituinte de 1789-91; passando pelo governo do partido da montanha jacobino de 1793, que foi programaticamente decisivo para o nascimento posterior das correntes socialistas modernas, do anarquismo ao comunismo; assim como a reação termidoriana que, em linhas gerais, marca as tendências “liberais-autoritárias” que se voltam diretamente contra as classes populares, se aliando, inclusive, com as antigas classes dominantes da sociedade feudal – que abre, na mesma medida, o caminho para a restauração generalizada das próprias forças monárquicas na maior parte do continente europeu após 1814, pelo Congresso de Viena (HOBSBAWM, 2016, p. 167).

A esse respeito, particularmente na região e na cultura alemãs, além da consolidação do movimento romântico foi possível sentir as consequências desse período pós-revolucionário também no pensamento filosófico, teológico e político: a herança do

pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, que tinha em seu sistema os fundamentos, considerados já na época, como o mais realista a respeito da cultura alemã, entra no centro das discussões e dos embates após a morte deste em 1831. Desse modo, após alguns discípulos do próprio Hegel se juntarem para conservar a obra do mestre contra os ataques e influências de outras vertentes da filosofia alemã – como de Fichte e Schelling, sendo que este último foi admitido professor em Berlim justamente para ocupar um vácuo de prestígio deixado pela filosofia hegeliana –, surgirão as primeiras gerações que buscarão realizar o momento de “negatividade” e oposição ao sistema de Hegel. Ou seja, segundo esses “*novos hegelianos*” (LÖWITH, 2014, p. 63) ainda era preciso negar dialeticamente o sistema filosófico deixado por Hegel pois este ainda não havia se reconciliado plenamente com a realidade sensível e subjetiva do Espírito, ou melhor, ele ainda precisaria ser “atualizado”.

Considerações finais

Dessa maneira, em 1835, com a publicação de “*Vida de Jesus examinada criticamente*”, David Strauss inicia o processo de decomposição do sistema hegeliano (SOUZA, 1992, p. 14) – conjuntamente em um momento em que o movimento e ritmo do modo de produção capitalista se desenvolve e universaliza, passando dos países centrais para aqueles em posição, naquele momento, semimarginal como o caso alemão. O mesmo Strauss foi responsável por tentar classificar as tendências que se reivindicavam como herdeiras do pensamento de Hegel em “direita”, “centro” e “esquerda” dois anos depois – sendo o primeiro também a usar a expressão “ópio do povo”. Todavia, ainda antes do movimento jovem hegeliano ou dos “hegelianos de esquerda”, o primeiro a reconhecer o caráter “revolucionário” de Hegel na juventude – em certa oposição a um Hegel maduro mais conciliador e conservador –, no ano anterior à publicação da obra de Strauss, foi justamente um poeta: Heinrich Heine (SOUZA, 1992, p. 53), que foi um dos principais entusiastas da interpretação histórica de que a filosofia alemã – e que Engels chamará de “clássica” em 1883¹⁵ –, de Kant, Fichte e Hegel, havia realizado no campo teórico em relação ao Espírito, o que havia sido realizado no prático com a revolução francesa.

¹⁵ ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: *Obras escolhidas de Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, s/d. Vol. 3, pp. 171-207.

Inicialmente, esse debate acerca da herança do sistema filosófico hegeliano se deu a partir de um viés teológico e religioso, particularmente uma concepção secularizada da escatologia cristã – que por sua vez, diz respeito ao destino último da humanidade, em relação ao seu percurso e manifestação no processo histórico. Depois, esses jovens hegelianos passaram para um debate explicitamente político, em que a partir da década de 40, progressivamente, cada uma das grandes figuras desse movimento jovem hegeliano passará a elaborar sua própria noção de “sujeito”, ou melhor, “tornar-se sujeito” – processo este que é tido como “*um trajeto doloroso, que marca uma distância entre o homem [ser humano] e ele mesmo, impossível de ser vencida isoladamente.*” (SANTOS, 1993, p. 10) (acréscimo nosso) Essa “virada teológico-política” do movimento jovem hegeliano, por sua vez, tem como uma de suas principais causas a ascensão de Frederico Guilherme IV na Prússia, um restaurador que contribuiu decisivamente para o fim de uma geração de intelectuais e revolucionários alemães, bem como daquela primeira grande geração de hegelianos, através do combate e repressão de todos os matizes políticos democráticos em moldes liberalizantes.

É aqui que o jovem Karl Marx, que a partir de 1839 chega a Berlim e conhece o “Clube dos Doutores” fundado dois anos antes por Bruno Bauer, vai encontrar não apenas o hegelianismo mas todo um acúmulo teórico e prático oriundo do longo processo histórico de modernização, e que naquele momento parecia latente e inevitável para a realidade alemã. É na consideração de toda essa agitação social e política que é possível perceber os momentos de verdade das distintas tendências teológicas e políticas sobre o sistema filosófico de Hegel, de modo que, como ressalta Karl Löwith, talvez tenha sido o “hegeliano de centro”, Karl Rosenkranz, quem tenha melhor conservado os princípios e o espírito da filosofia da liberdade hegeliana. (LÖWITH, 2014, p. 64) Entretanto, já do ponto de vista da consideração do movimento jovem hegeliano – identificado por muitos comentadores como a “esquerda hegeliana”, embora esta guarde posições qualitativas distintas entre si¹⁶ –, o foco da efetividade de sua “*aufhebung*” não estava na conservação dos princípios e da estrutura do sistema filosófico, senão na “elevação” e transformação dos elementos que consideravam que ainda faltavam se reconciliar.

¹⁶ João Crisóstomo de Souza, por exemplo, considera a “esquerda hegeliana” análoga ao “movimento jovem hegeliano”, enquanto Karl Löwith já os distingue: “*A expressão “jovens hegelianos” é pensada, primeiramente, no sentido da jovem geração dos discípulos de Hegel; mas a expressão “hegelianos de esquerda” designa o partido revolucionário da subversão relacionado a Hegel.*” (LÖWITH, 2014, p. 78)

Assim, a partir da inauguração da crítica da religião straussiana, em que a substância como Absoluto se manifesta através da “*humanidade*” e da “*comunidade*”, como verdadeiro sujeito” (SOUZA, 1992, p. 66), a “realidade alemã concreta” passou a ser muito mais reivindicada como o principal mote de divergência a respeito do sistema hegeliano – e que na caracterização de Rosenkranz, as duas principais correntes do movimento jovem hegeliano acabavam “*mais uma vez*” na “*unilateralidade*” de uma ontologia abstrata (*Braniß*) e de uma empiria abstrata (*Trendelenburg*).” (LÖWITH, 2014, p. 64) As principais figuras dessas duas correntes eram Bruno Bauer e Ludwig Feuerbach, de modo que o primeiro foi inicialmente um hegeliano de direita e passou posteriormente para a esquerda, enquanto o segundo foi um aluno direto de Hegel mas mais serviu de fundamento e base para os jovens hegelianos do que propriamente foi um adepto programático dos mesmos; contudo ambos, em diferentes momentos e questões, contribuíram para a formação da relação do jovem Karl Marx com o hegelianismo.

O primeiro contato, e a primeira “aliança”, de Marx com o hegelianismo e o movimento jovem hegeliano foi a partir de Bauer e seu sujeito “personalista” e dedicado a uma “*crítica permanente*” do processo histórico (LÖWITH, 2014, p. 129), cerca de dois anos após suas poesias românticas na Universidade de Bonn. Com isso, esta foi a primeira oportunidade que o jovem Karl teve de aproveitar a sensibilidade que constituía sua “consciência infeliz”, e que ele assumira à sua futura esposa Jenny como “idealista”, e avançar no movimento da autoconsciência enquanto unidade junto a manifestação racional e cultural de um povo; ou seja, é quando ele tem a oportunidade de deixar para trás sua antiga noção de sensibilidade e pode agora complementá-la, tomando-a enquanto representação para a interioridade do Espírito que leva a reconciliação em que a “*interioridade superou a exterioridade*” e “*fazendo com que o fenômeno sensível perca seu valor*”. (FRANÇA, 2009, p. 116) Ou pelo menos era este o ponto de partida da crítica hegeliana, de que era preciso ir além da manifestação do fenômeno sensível e questionar seus pressupostos – ressaltando, em relação a crítica ao movimento romântico, que o recurso e função da ironia evidenciava uma dicotomia entre Forma e Ideia. (FRANÇA, 2009, p. 117)

A manutenção e a transformação, ao mesmo tempo, da sensibilidade realizada por Karl Marx ao passar de uma visão de mundo romântica para uma outra sistemática e que buscava dar conta de organizar os fenômenos e elementos da realidade social, como era a filosofia hegeliana, também é explicada pela própria condição da cultura e região da Alemanha onde o avanço apresentado na atividade do pensamento filosófico desde Kant

não se refletia em mudanças e transformações de caráter socioeconômico, fazendo com que a realidade sensível mais imediata, para a população e os intelectuais, fosse extremamente contraditória e desconfortável – principalmente se comparado com França e Inglaterra. Ademais, esses elementos, em meados dos anos 40, podem ser apreendidos pelo menos em três momentos distintos da relação particular entre Bauer e o jovem Marx, sendo que esses mesmos também evidenciam a crescente preocupação desse último para com as questões explicitamente políticas.

O primeiro desses momentos aconteceu entre agosto de 1840 e março de 1841, que é o período em que Marx passa organizando sua tese doutoral, baseada nos estudos que havia feito sob a orientação de Bauer durante o ano de 1839 – seu primeiro ano em Berlim –, visando publicá-la. Nesta tese, que nunca foi publicada como obra em vida pelo autor, intitulada “*Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*”, é possível perceber algumas das possíveis incursões do jovem autor naquele ano de 39 sobre a bibliografia hegeliana – como por exemplo a “*Fenomenologia do Espírito*” –, uma vez que busca acrescentar com essa tese a respeito da “liberdade da consciência-de-si” (HEGEL, 2001, p. 151) a partir da contribuição do epicurismo, uma filosofia conhecida pela realização dos prazeres. Contudo, ao passo que Marx apresentava a declinação dos átomos em linha reta como uma das principais diferenças e vantagens entre os princípios que fundamentavam as noções de liberdade e ética de Epicuro em relação a Demócrito¹⁷ (MARX, 2018, p. 74), ele também dava início a sua diferenciação em relação a interpretação filosófico-histórica de Bauer: orientava sua noção de “realização” (ou “dissolução”) da filosofia e da liberdade para uma tendência fundamentalmente prática.

Um segundo momento pode ser ressaltado alguns meses depois, em outubro de 1841, quando Bauer escreve e publica anonimamente um panfleto crítico chamado “*A trombeta do juízo final sobre Hegel, ateu e anti-Cristo*”, e que chegou a contar com uma participação minoritária de Marx. Entretanto, este acabaria por se caracterizar já como

¹⁷ Em que diz Marx em sua tese: “*Aliás, uma peculiaridade das reflexões de Cícero e Bayle é tão evidente que não se pode deixar de ressaltá-la de imediato. A saber, eles imputam a Epicuro motivações que se anulam reciprocamente. Epicuro teria assumido a declinação dos átomos opa para explicar a repulsão, ora para explicar a liberdade. Porém, se os átomos não se chocarem sem declinação, a declinação será supérflua como fundamentação da liberdade; o oposto da liberdade só começa, como constatamos a partir de Lucrecio, com o entrechoque determinista e violento dos átomos. Porém, se os átomos se chocarem sem declinação, esta será supérflua como fundamentação da repulsão. Digo que essa contradição surge quando as razões da declinação do átomo da linha reta são concebidas de modo tão superficial e incoerente como em Cícero e Bayle. Encontramos uma exposição mais profunda em Lucrecio, o único de todos os antigos que compreendeu a física epicurista.*”

um momento de decadência da relação entre ambas figuras – não por rixas ou divergências pessoais, pelo contrário, apenas alguns meses antes Marx foi descrito como “o amigo mais íntimo de Bruno Bauer” (HEINRICH, 2018, p. 361) –, senão porque o jovem Karl Marx, por sua vez, começava a se desligar da concepção filosófica de um sujeito “metafísico” ou “epistemológico” – ou ainda “autoconsciente”, “personalista” e “permanentemente crítico” – e começava a se interessar por um sujeito mais “prático” e político. É por isso que, ao rejeitar dar continuidade aquele projeto ou contribuição, ele compreendia que naquele momento histórico alemão já “*podia-se criticar melhor a relação pela crítica das circunstâncias políticas*”. (SOUZA, 1992, p. 17)

Já um terceiro momento coincide com a própria ruptura com a figura intelectual de Bruno Bauer e adesão à influência de Ludwig Feuerbach, a partir de 1842. Este segundo, que chegou a caracterizar a “Trombeta” como “*a favor de Hegel, enquanto ele, Feuerbach, estava contra*” (SOUZA, 1992, p. 43), não fez parte diretamente do grupo dos jovens hegelianos, mas os influenciou profundamente – ao menos a ala que buscava dar uma fundamentação filosófica à teoria socialista – a partir de sua obra “*Essência do cristianismo*” de 1841. A filosofia feuerbachiana, como ressaltado acima, não ganhou o interesse e prestígio de Marx somente por sua crítica à religião, mas muito mais concepção de sujeito como “ser humano genérico” – ou “homem real” (SOUZA, 1992, p. 30), “romântico” e “sensível” (LÖWITH, 2014, p. 85) – produzida a partir dessa mesma crítica religiosa. Ainda nesse sentido, “*Princípios da filosofia do futuro*” de 1843 foram essenciais para que o jovem Karl Marx se debruçasse sobre as “*Linhas fundamentais da filosofia do direito*” de Hegel (e que acabaram por dar origem aos chamados “cadernos de Kreuznach”, ou “*Crítica da filosofia do direito de Hegel*”) e trilhasse seu próprio caminho filosófico para o socialismo.

Não à toa, será após esses estudos que ele encontrará, a partir das reflexões sobre as questões da “*emancipação política*”, “*emancipação humana*” (MARX, 2010b, p. 36) e os estudos da economia-política, o proletariado como a classe social que tem condições de solucionar a questão ontológico-política que estava colocada desde o período revolucionário na França – em particular nos momentos de efetivação e contradição das três primeiras constituições, de 1791, 1793 e 1795. Por fim, foi partindo da adoção do princípio filosófico do “*sangue galo-germânico*”¹⁸ (FEUERBACH, 2008, p. 12) que o

¹⁸ Quase tomando-o literalmente, quando diz Marx quase um ano depois dos “manuscritos de Kreuznach” no artigo “*Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*”: “A emancipação do alemão é a emancipação do homem. A cabeça dessa emancipação é a filosofia, o proletariado é seu coração. A filosofia

jovem Karl Marx conseguiu perceber as condições materiais e sensíveis que o nascente proletariado moderno estava submetido: o trabalho assalariado e estranhado, que o embrutece e afasta da compreensão da totalidade das atividades produtivas e reprodutivas da sociedade, é nascido historicamente da privatização dos meios de produção e foram instituídos a partir da revolução burguesa de 1789 (MARX, 2010a, p. 79) – e por isso, agora estava claro para o jovem porquê as camadas médias e baixas da burguesia não poderiam ser os sujeitos responsáveis pela realização da emancipação humana. Dali para frente, na visão de Marx, apenas o proletariado enquanto classe mais oprimida e explorada (totalmente alheia dos instrumentos e meios de realização do trabalho social) da sociedade capitalista teria força política de realizar tal condição de liberdade.

REFERÊNCIAS

DOTTI, J. E. A crítica ao universal (das Allgemeine) hegeliano em Marx e Stirner. In: *Estado e política: a filosofia política de Hegel*. (org. Denis L. Rosenfield). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 7-40, 2003.

FEUERBACH, L. *Para a crítica da filosofia de Hegel*. São Paulo: LiberArs, 2012.

_____. *Teses provisórias para a reforma da filosofia*. Covilhã: Universidade da Beira Interior: LusoSofia:Press, 2008. 20p. Disponível em:

<http://www.lusosofia.net/textos/20130224->

[feuerbach_teses_provisorias_de_reforma_da_filosofia.pdf](#). Acesso em: 28 ago. 2018.

FRANÇA, L. M. Estética e consciência infeliz na filosofia hegeliana. In: *Revista de estudos hegelianos*. Ano 06, nº10, jun. 2009. p. 109-121. Disponível em:

<http://www.hegelbrasil.org/Reh10/lincoln.pdf>. Acesso em: 18. Ago. 2018.

HEGEL, G.W.F. *Cursos de estética I*. 2.ed.rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *Fenomenologia do Espírito*. 7.ed.rev. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: USF, 2002.

_____. *Linhas fundamentais da filosofia do direito*, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra*, volume 1: 1818-1841. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789-1848*. 36.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LÖWITZ, Karl. *De Hegel a Nietzsche: a ruptura revolucionária no pensamento do século XIX: Marx e Kierkegaard*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

não pode se efetivar sem a suprassunção do proletariado, o proletariado não pode se suprassumir sem a efetivação da filosofia. Quando estiverem realizadas todas as condições internas, o dia da ressurreição alemã será anunciado pelo canto do galo gaulês.” (MARX, 2013a, p. 163)

- LÖWY, M; SAYRE, R. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015. 288p.
- MARX, K. A book of verse. Berlin: prior to April 12, 1837. In: *Marx Engels Collected Works vol 1*. p. 683-685. International Publishers, 1975. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1837-pre/verse/index.htm>. Acesso em: 18. Ago. 2018.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- _____. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 4.reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- _____. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. 3.ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- SANTOS, José Henrique. *Trabalho e riqueza na Fenomenologia do espírito de Hegel*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SOUZA, J. C. *Ascensão e queda do sujeito no movimento jovem-hegeliano (Hegel, Strauss, Bauer, Feuerbach, Stirner, Marx)*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.
- TAYLOR, C. *Hegel e a sociedade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- TROTSKY, L. *A teoria da revolução permanente*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

Recebido em: 25/08/2018

Aprovado em: 19/09/2018